



DECRETO Nº 5.010 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

**CRIA O COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE MIGUELÓPOLIS-IPSPMM, APROVA O
SEU REGULAMENTO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

JULIANO MENDONÇA JORGE, Prefeito Municipal de Miguelópolis, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Miguelópolis-IPSPMM, que atuará junto a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, nos termos do disposto na Portaria MPS nº 170, de 25 de abril de 2012, do Ministério da Previdência Social e alterações posteriores.

Art. 2º Fica aprovado o Regulamento do Comitê de Investimentos, que faz parte integrante deste decreto.


Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Miguelópolis/SP em 27 de agosto de 2015.


JULIANO MENDONÇA JORGE
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no átrio do Paço Municipal e registrado na secretaria da Prefeitura na data supra.


Vânia Luci de Paula Ferreira Lacerda
Assistente de Secretaria



DECRETO Nº 5.010 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

REGULAMENTO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MIGUELÓPOLIS-IPSPMM.

**CAPÍTULO I
DO OBJETIVO**

Art. 1º O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Miguelópolis-IPSPMM, órgão colegiado, tem por objetivo assessorar, em caráter consultivo e decisório, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, para melhor gerenciamento relacionadas à gestão dos ativos do Instituto, observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação vigente e normas do Ministério da Previdência Social, bem assim atuar no processo decisório quanto à execução da Política de Investimentos do Instituto, anualmente estabelecida.

**CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

Art. 2º O Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) membros, e 2 (dois) suplentes, todos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Miguelópolis-RPPS, pertencentes ao quadro efetivo do município, detentor de estabilidade.

Art. 3º Os servidores ativos que comporão o Comitê de Investimentos serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 1º Será exigido da maioria dos membros que comporão o Comitê de Investimentos, a certificação de que trata o art. 2º da Portaria MPS nº 519/2011.

§ 2º Os membros designados elegerão, dentre si, o Presidente do Comitê.

Art. 4º Os membros do Comitê de Investimentos serão destituídos da investidura por renúncia, devidamente formalizada, ou por decisão do Prefeito Municipal, nas seguintes hipóteses:

a) por faltas injustificadas a três reuniões do colegiado, consecutivas ou intercaladas;



DECRETO Nº 5.010 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

- b) por conduta inadequada, incompatível com os requisitos de ética e profissionalismo requeridos para o desempenho do mandato;
- c) pela prática de ato lesivo aos interesses do Instituto.

Art. 5º São requisitos mínimos para os membros do Comitê de Investimentos:

- a) possuir escolaridade de nível médio;
- b) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- c) não ter qualquer penalidade administrativa nos últimos 5 (cinco) anos;
- d) não ter sofrido punição por ato contrário às normas do sistema financeiro nacional;
- e) preferencialmente ser aprovado em exame de certificação, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, com conteúdo mínimo definido pelo Ministério da Previdência Social - MPS.

Art. 6º A Coordenação dos trabalhos do Comitê de Investimentos será exercida pelo seu Presidente.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º Compete ao Comitê de Investimentos:

- a) acompanhar e debater o desempenho alcançado pelos investimentos, de acordo com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos;
- b) elaborar proposta de Política Anual de Investimentos para o exercício financeiro seguinte;
- c) estudar as propostas de oportunidades de participação em novos negócios;
- d) analisar as propostas de credenciamento de instituições financeiras;
- e) analisar mensalmente o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado;
- f) assegurar o enquadramento dos ativos de acordo com as resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- g) acompanhar a consultoria de investimentos;
- h) elaborar demonstrativos contendo a evolução patrimonial dos investimentos, incluindo a movimentação das aplicações e resgates dos investimentos;
- i) outros assuntos pertinentes à sua competência.



DECRETO Nº 5.010 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Comitê de Investimentos terá uma reunião ordinária mensal obrigatória e reuniões extraordinárias sempre que necessário, podendo ser convocadas por qualquer membro, a pedido da Diretoria do Executivo ou do Conselho de Administração (por decisão em plenário por maioria dos votos).

Art. 9º As reuniões do Comitê deverão contar com a presença de todos os membros do colegiado. Na hipótese de ausência do membro titular, o suplente terá voz e voto nas reuniões. Representantes da Diretoria do Executivo e do Conselho de Administração poderão participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 10. Nas reuniões ordinárias os seguintes assuntos deverão compor a pauta:

- a) atualização acerca do cenário macroeconômico das expectativas de mercado;
- b) atualização acerca do comportamento dos segmentos de aplicação;
- c) apresentação dos pareceres relacionados aos investimentos propostos para o mês em curso e até a reunião seguinte do Conselho de Administração, com indicações e estratégias a serem seguidas pela Diretoria Executiva do Instituto;
- d) elaborar a proposta de fluxo dos resgates e aplicações previstas para o mês em curso e monitorar o demonstrativo da movimentação dos investimentos durante o mês anterior;
- e) outros assuntos relacionados à sua competência.

Art. 11. Sempre que se julgar necessário, poderão ser convidados especialistas de mercado ou quaisquer outras pessoas que venham a contribuir para a análise e discussão de assunto da pauta.

Art. 12. Havendo manifestação de vontade, eventuais votos vencidos deverão ser registrados em ata, acompanhado das respectivas justificativas que embasaram o voto.

Art. 13. Estará impedido de votar o membro que tiver interesse pessoal no assunto ou estiver ligado por parentesco, até o terceiro grau civil na linha colateral, e até segundo grau na linha reta, a qualquer parte interessada.

Art. 14. As reuniões, ordinárias e extraordinárias, do Comitê de Investimento são públicas, permitindo-se a participação de quaisquer interessados sem direito a voz e voto.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS



DECRETO Nº 5.010 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Art. 15. As matérias analisadas e/ou aprovadas pelo Comitê de Investimentos serão registradas em atas elaboradas por um dos seus componentes, que, depois de assinadas, ficarão arquivadas juntamente com os pareceres/posicionamentos que subsidiaram as recomendações e decisões.

Art. 16. As informações relativas aos processos de investimentos e desinvestimentos de recursos do RPPS serão disponibilizadas aos servidores municipais ativos ou inativos, mediante requerimento, junto a Diretoria Executiva do Instituto, onde ficam arquivados todos os documentos relativos ao RPPS.

Art. 17. O trabalho exercido pelos membros do Comitê de Investimentos constituirá relevante serviço prestado ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Miguelópolis - RPPS.

Art. 18. As eventuais dúvidas decorrentes da aplicação deste Regulamento serão dirimidas pelo Departamento Jurídico do IPSPMM.

Art. 19. Caberá ao Comitê de Investimentos análise e deliberação do seu regimento interno, em reunião do colegiado com a presença da totalidade de seus membros.

Art. 20. Este regulamento entra em vigor na data da publicação.
